

Exame Final Nacional de História B

Prova 723 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2017

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

12 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a eficácia da comunicação em língua portuguesa.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

GRUPO I

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO E O FIM DO ANTIGO REGIME EM PORTUGAL

Extinção dos forais e dos bens da Coroa – a justificação do decreto, por Mouzinho da Silveira (13/08/1832)

Os privilegiados viviam do suor alheio porque, de facto, os reis dispunham dos bens do povo a favor deles [...]. E posto que, pela Carta Constitucional, tivessem em seu poder não aprovar lei alguma que ofendesse os seus interesses particulares, nem por isso tinham em seu poder a renovação das doações, que não podia ser feita sem o consentimento da Câmara

5 dos Deputados: esta espécie de veto, que existia depositado na câmara eletiva, foi a base de todas as resistências [...]. Excetuando [aqueles que aderiram à nossa causa], toda a outra gente privilegiada se fez inimiga da Carta, pela razão de que esta vinha fazer o bem geral. [...]

É então necessário aproveitar os conhecimentos da Europa civilizada e arrancar das mãos dos inimigos o fruto dos trabalhos dos povos. [...] Não é minha intenção arrancar a

10 propriedade a pessoa alguma; e as leis de Vossa Majestade Imperial [V.M.I.]* não consentem semelhante violência; por isso, o decreto que proponho tem, como uma das suas grandes finalidades, aumentar a massa das terras livres de encargos senhoriais [...]. A Nação, tomada coletivamente, não aumenta o seu património em terras, [...] mas a Nação, tomada do ponto de vista dos interesses individuais, adquire muito. Nenhuma lei pode ser mais generosa, porque o

15 seu espírito é repartir riquezas e aumentar a fortuna geral, emancipando a terra de modo a ter por senhores indivíduos que a cultivem ou a alienem. Sem a terra ser livre em vão se invoca a liberdade política. [...]

Reconheço a transcendência de um decreto que não pode deixar de prejudicar alguns interesses, mas renunciar a ele é renunciar à Carta [...]; e, por outra parte, tudo quanto o

20 decreto pode fazer de males está feito em maior escala por nossos inimigos. Não puderam eles invadir a propriedade particular, enforcar, prender, banir milhares de cidadãos, sem outra culpa mais que a da oposição aos seus crimes? [...]

Fazer o maior bem ao maior número, aumentar os meios de trabalho, diminuir os ociosos, fazer povoar o Reino, plantar árvores, cultivar campos e, sobretudo, fazer justiça, são os meios

25 que V.M.I. emprega, e que o povo de Portugal não pode deixar de bendizer.

Fundado nestes princípios, e na informação do longo desejo dos povos, já manifestado em 1820 [...]; fundado sobretudo no quadro de horror quando um cidadão laborioso, cheio das fadigas de um ano inteiro, vê apropriarem-se da sua colheita mil agentes da avidez dos privilegiados e fica reduzido a um miserável resto; [...] e que, sem forais e dízimos, faria dos

30 seus filhos cidadãos industriais e de bons costumes: [...] proponho a V.M.I. um decreto de uma importância superior ao de trinta de julho deste ano, que extinguiu os dízimos.

* D. Pedro, regente de Portugal, antes imperador do Brasil.

Identificação da fonte

Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino, desde que assumiu a regência em 3 de março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833, 2.ª Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, pp. 212-216, in <http://net.fd.ul.pt/legis/1832.htm#> (consultado em 31/10/2016) (adaptado)

1. Numa sociedade de ordens, ou de Antigo Regime, faziam parte dos «privilegiados» (linha 29), a que se refere Mouzinho da Silveira,
 - (A) a burguesia e o povo.
 - (B) a nobreza e o clero.
 - (C) o clero, a nobreza e o povo.
 - (D) o clero, a nobreza e a burguesia.

2. A Carta Constitucional (linha 2), lei fundamental que enquadrava as posições do autor, foi um diploma jurídico
 - (A) outorgado por D. Miguel, que definia o funcionamento das Cortes em câmara única.
 - (B) elaborado pelas Cortes Legislativas, que atribuía ao rei o direito de veto suspensivo.
 - (C) elaborado pelas Cortes Constituintes, que atribuía ao rei o poder moderador.
 - (D) outorgado por D. Pedro, que estabelecia o funcionamento bicameral das Cortes.

3. A facção política que, entre 1828 e 1834, se fizera «inimiga da Carta» (linha 7) era constituída pelos
 - (A) absolutistas.
 - (B) setembristas.
 - (C) regeneradores.
 - (D) cabralistas.

4. Com a legislação sobre os «forais e dízimos» (linha 29) pretendia-se
 - (A) consolidar o monopólio da Companhia Geral da Agricultura.
 - (B) reforçar as prestações e as rendas devidas pelos agricultores.
 - (C) abolir as obrigações exigidas aos camponeses pelos senhores.
 - (D) converter as rendas de valor variável em prestações fixas.

5. Os bens nacionais, provenientes da extinção dos bens da Coroa e da apropriação dos bens das ordens religiosas, após o fim da guerra civil, foram
 - (A) vendidos em hasta pública, no interesse da burguesia.
 - (B) mantidos na posse do Estado, no interesse da Nação.
 - (C) distribuídos pelos rendeiros, em benefício do campesinato.
 - (D) devolvidos aos antigos proprietários, em benefício da nobreza.

GRUPO II

CRISES ECONÓMICAS CAPITALISTAS E DESIGUALDADES SOCIAIS DE MEADOS DO SÉCULO XIX ÀS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Documento 1

**Contrastes na sociedade oitocentista – *O capital e o trabalho*, gravura na revista *Punch*
(12/08/1843)**



- ① Sacos de ouro.
- ② A Esperança, personificada numa figura feminina, impedida de entrar.

Documento 2

As crises do capitalismo, segundo Friedrich Engels

Desde 1825, ano em que estalou a primeira crise geral, todo o mundo industrial e comercial, a produção e a troca [...] saem dos eixos aí de dez em dez anos. O comércio fica congestionado, os mercados estão saturados, os produtos, tão acumulados, não se vendem, o dinheiro torna-se invisível, o crédito desaparece, as fábricas ficam paralisadas, as massas trabalhadoras ficam à míngua de meios de subsistência por terem produzido meios de subsistência em excesso, as falências sucedem-se umas às outras [...]. A crise dura anos, tanto forças produtivas como produtos são desperdiçados e destruídos em massa, até que, por fim, as mercadorias acumuladas se escoam com uma desvalorização maior ou menor e a produção e a troca se põem de novo gradualmente

em movimento. A pouco e pouco acelera-se o andamento, que passa a trote, o trote industrial passa a galope, e este por sua vez aumenta e torna-se uma desenfreada corrida industrial, comercial, financeira e especulativa de obstáculos, para ir de novo parar, depois dos saltos mais perigosos, na vala da falência. E volta sempre tudo ao princípio. Desde 1825 já é a quinta vez que passamos por isto, e, neste momento [1877], estamos a passar pela sexta crise.

1. Indique o nome atribuído à sociedade que, no sistema capitalista, era caracterizada pelas desigualdades refletidas no documento 1.

2. Explique, a partir do documento 1, três aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária.

3. As crises do capitalismo, analisadas pelo autor do documento 2, refletiam o predomínio do
 - (A) protecionismo económico, por meio do qual o Estado intervinha para defender a economia nacional da concorrência estrangeira.
 - (B) intervencionismo estatal, por meio do qual o Estado regulava o funcionamento da economia e assegurava a redistribuição da riqueza.
 - (C) liberalismo económico, caracterizado pela defesa das leis naturais da economia de mercado e pela iniciativa individual.
 - (D) dirigismo centralizado do sistema económico, para atingir maiores níveis de produtividade e de desenvolvimento.

4. Refira três características das crises económicas típicas do sistema capitalista, expressas no documento 2.

Identificação das fontes

Doc. 1 – John Leech, *Capital and Labour*, in *Punch* (12/08/1843), in www.victorianweb.org/art/illustration/leech/102.html (consultado em 15/10/2016) (adaptado)

Doc. 2 – Friedrich Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Lisboa, Edições Avante, 1975 (adaptado)

GRUPO III

DOS FUNDAMENTOS DO ESTADO NOVO AOS CAMINHOS DA DESCOLONIZAÇÃO APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Documento 1

I Exposição Colonial Portuguesa – jornal Ultramar (01/02/1934)

Dr. Oliveira Salazar

Tendo compreendido [...] o que representava a herança sagrada do Portugal ultramarino, o Dr. Oliveira Salazar deixou, no ATO COLONIAL, a expressão correta do colonialismo português. [...] O atual Chefe do Governo Português dá ao País a certeza de que Portugal [...], formando um todo, saberá, melhor, cumprir os seus destinos no Mundo.

O “ULTRAMAR”

O ULTRAMAR aparece como o jornal oficial da I Exposição Colonial Portuguesa [...] [e] pretende ser um jornal [...] dedicado servidor da causa colonial portuguesa [...].

No alvorecer deste ano de 1934, somos na Europa, e até no Mundo, um exemplo de ordem, de equilíbrio, de firmeza e de organização. Quando o vendaval assola todo o mundo, vai a nossa nau singrando na política, na economia, nas finanças, na vida social [...]. Na atividade colonial, com possessões espalhadas por quatro partes do Mundo, a nossa situação é invejável [...]. Iniciou-se uma obra de arrumação e de equilíbrio.

Documento 2

Principais grupos financeiros portugueses e respetivos interesses no ultramar (da década de 1950 a 1974)

Grupos	N.º de empresas*	Interesses no ultramar
Companhia União Fabril (CUF)	112	Bancos, comércio
Espírito Santo	20	Açúcar, café, petróleo, seguros, bancos
Champalimaud	14	Bancos, seguros, cimentos, química
Banco Português do Atlântico (BPA)	70	Bancos, cervejas, algodão
Borges & Irmão	40	Bancos, petróleo, cervejas
Banco Nacional Ultramarino (BNU)	22	Bancos, seguros, agricultura, algodão, açúcar, celulose, caju, exploração mineira
Fonsecas & Burnay	22	Bancos, diamantes

* Inclui empresas na metrópole e no ultramar.

A situação colonial em Moçambique – cartaz de propaganda da FRELIMO (1973)

NA ZONA DO INIMIGO:

OPRESSÃO



Esta é a vida real dos aldeamentos. Não é verdade o que dizem os portugueses. Os aldeamentos são lugares onde os colonialistas portugueses continuam a exercer a opressão e a exploração sobre o nosso povo, o trabalho forçado, a palmatória, o chicote.

O povo não pode viver sossegado debaixo dos colonialistas portugueses. Este governo português não está para o bem do povo Moçambicano, na nossa terra. É por isso mesmo que a FRELIMO luta para aniquilá-lo, para que o nosso povo seja independente e viva livre.

NA ZONA DA FRELIMO:

LIBERDADE



O objetivo fundamental da luta de libertação Nacional dirigida pela FRELIMO é fazer com que em Moçambique cesse a opressão, a exploração, o trabalho forçado, a palmatória, o chicote. Que o povo viva livre, decida dos seus destinos, trabalhe para o seu próprio benefício.

É exatamente o tipo de vida que já temos nas zonas libertadas. Temos escolas, hospitais, machambas, cooperativas, que servem o povo. A FRELIMO está a construir a liberdade do povo Moçambicano. Por isso, todo o povo deve vir para a FRELIMO.

① Prisão.

③ Escola da FRELIMO.

⑤ Machamba (terreno de cultivo).

② Hospital da FRELIMO.

④ Cooperativa da FRELIMO.

O processo de descolonização, segundo Pedro Pezarat Correia*

A descolonização portuguesa deu-se com um atraso de 30 anos, sob pressão internacional, tendo Portugal, enquanto país descolonizador, perdido a iniciativa e a capacidade para definir as regras do jogo. [...] Impunha-se, como condição da descolonização, a obtenção da paz, o que por sua vez reduzia os dialogantes aos movimentos que tinham travado a guerra. Era totalmente irrealista a posição de Spínola, que quis privilegiar no diálogo agrupamentos surgidos depois do 25 de Abril, sem qualquer representatividade nem legitimidade para tratarem do problema da paz, o que arrastaria o prolongamento da guerra, guerra que o 25 de Abril irremediavelmente condenara. Spínola não tinha solução para esta contradição. A guerra, fenómeno violento, marcara de violência os últimos anos da colonização, violência que não poderia deixar de refletir-se nos primeiros tempos da descolonização. Os atores deste processo haviam-se habituado a acreditar mais na razão das armas do que nas armas da razão. Outro aspeto a considerar é que o agente determinante nos processos de descolonização e na escolha das soluções futuras são os colonizados e não os colonizadores, exatamente porque as independências são conquistas e não dádivas. E isto é particularmente verdade quando o colonizado foi forçado a lançar-se numa guerra prolongada, que lhe custou sacrifícios sem conta, a qual, é óbvio, não iria bruscamente cessar para se aceitarem condições impostas pelo colonizador, numa altura em que este nada tinha a seu favor.

* Destacado membro do MFA, integrou a delegação portuguesa no Acordo de Alvor e pertenceu ao Conselho da Revolução.

1. Refira, a partir do documento 1, três medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal *Ulamar*.
2. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relacionados com a evolução económica e política do Estado Novo. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.
 - (A) Publicação do livro *Portugal e o Futuro*, do general António de Spínola.
 - (B) Candidatura de Humberto Delgado à presidência da República.
 - (C) Lançamento da política de condicionamento industrial.
 - (D) Promessa de eleições livres, após a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial.
 - (E) Aprovação do I Plano de Fomento.

3. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Da política colonial do Estado Novo ao processo de descolonização no imediato pós-25 de Abril.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- papel económico das colónias, da década de 1930 ao início da década de 1970;
- fatores político-ideológicos que conduziram à eclosão da guerra colonial;
- opções e dificuldades no processo de descolonização.

Identificação das fontes

Doc. 1 – http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ultramar/N01/N01_master/Ultramar_N01_1Fev1934.pdf (consultado em 10/10/2016) (adaptado)

Doc. 2 – Américo Ramos dos Santos, «Abertura e bloqueamento da economia portuguesa», in *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), Vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 119 (adaptado)

Doc. 3 – <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08034.000.016> (consultado em 12/10/2016) (adaptado)

Doc. 4 – Pedro Pezarat Correia, *O processo de descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor»*, p. 7, in www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=177 (consultado em 12/10/2016) (adaptado)

GRUPO IV

DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA DO SEGUNDO PÓS-GUERRA À ATUALIDADE

Documento 1

A consolidação da Comunidade Europeia – discurso de Romano Prodi* na sessão comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Schuman (09/05/2000)**

Robert Schuman propôs um processo destinado a garantir a paz, a liberdade e a prosperidade na Europa [...], que deveria ser «uma Comunidade Económica» baseada na união dos mercados, culminando numa «Comunidade mais ampla e profunda» e, por conseguinte, numa forma de «Federação Europeia». O projeto europeu tinha, e continua a ter, a liberdade de evoluir em função das circunstâncias e em conformidade com a vontade política dos seus membros. [...]

Numa Europa democrática, as políticas nacionais podem mudar em função das alterações de poder entre os partidos políticos e das pressões eleitorais a curto prazo que podem desviar os governos nacionais dos objetivos a longo prazo. Por conseguinte, a Europa necessita da estabilidade proporcionada por instituições supranacionais. [...]

A Europa moderna é parte de um mundo em rápida evolução, no qual a globalização está a dissipar as fronteiras nacionais e a alterar o papel do Estado-nação. [...] A Europa enfrenta grandes desafios. Para combater o desemprego e tornar a nossa economia competitiva, temos de modernizar as nossas economias e gerar crescimento. A nossa população está a envelhecer e a nossa força de trabalho a diminuir, com sérias implicações ao nível dos sistemas de saúde e de pensões. [...] Estes desafios não podem ser tratados isoladamente, nem podem ser enfrentados sem instituições europeias fortes e eficazes. [...] Os nossos cidadãos sentem-se afastados de «Bruxelas», que muitos consideram uma espécie de conspiração de tecnocratas e burocratas. Não compreendem as funções das diferentes instituições europeias e a relação entre a dimensão nacional e comunitária. [...] Exigem uma democracia bastante mais participada e mais próxima do cidadão.

* Presidente da Comissão Europeia entre 1999 e 2004.

** Documento que propunha a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com vista a instituir um mercado comum do carvão e do aço entre os países fundadores, da autoria do ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman (1886-1963).

Documento 2

Indicadores socioeconómicos de desenvolvimento em Estados da Europa Comunitária (2008)

Países	Indicadores	Taxa de desemprego (%)	PIB per capita (UE=100)
Alemanha		7,5	116
Espanha		11,3	102
França		7,1	106
Luxemburgo		5,1	256
Portugal		7,6	79
Rep. Checa		4,4	82
Roménia		5,8	48
Média UE		7,0	100

1. No imediato segundo pós-guerra, com o mesmo objetivo de «garantir a paz, a liberdade e a prosperidade» na Europa Ocidental (documento 1, primeiro parágrafo), já se promovera

- (A) o diálogo e a resolução pacífica dos conflitos, com a fundação do Pacto de Varsóvia.
- (B) o desenvolvimento e a cooperação no âmbito do Plano Molotov, geridos pelo COMECON.
- (C) a ajuda económica e a aplicação dos fundos do Plano Marshall, coordenadas pela OECE.
- (D) a confiança e a colaboração militar entre os dois blocos, com a criação da OTAN/NATO.

2. Associe cada uma das etapas de aprofundamento do «projeto europeu» (documento 1, primeiro parágrafo), presentes na coluna **A**, ao respetivo entendimento entre os Estados-Membros, que consta da coluna **B**. Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Estabelecimento de um mercado sem fronteiras internas com o objetivo de permitir a livre circulação de pessoas, de serviços, de mercadorias e de capitais.	(1) Tratado de Maastricht
(b) Criação de uma União Europeia assente em três pilares: o da integração económica, o da política externa e de segurança e o da justiça e assuntos internos.	(2) Tratado de Roma
(c) Aprovação de regras para controlo da disciplina orçamental por parte dos Estados-Membros e adoção de políticas comunitárias de promoção do emprego.	(3) Ato Único Europeu
	(4) Tratado de Amesterdão
	(5) Acordo de Schengen

3. Transcreva duas afirmações que exprimem a visão federalista de Romano Prodi no debate sobre a integração política na União Europeia (documento 1).

4. Explique, a partir dos documentos 1 e 2, três dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI.

Identificação das fontes

Doc. 1 – http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-00-172_pt.htm (consultado em 20/10/2016) (adaptado)

Doc. 2 – www.pordata.pt/ (consultado em 18/10/2016) (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.	4.	5.	
	5	5	5	5	5	25
II	1.	2.	3.	4.		
	5	25	5	20		55
III	1.	2.	3.			
	20	5	50			75
IV	1.	2.	3.	4.		
	5	5	10	25		45
TOTAL						200

Prova 723
2.ª Fase
VERSÃO 1

Exame Final Nacional de História B

Prova 723 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2017

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Critérios de Classificação

15 Páginas

VERSÃO DE TRABALHO

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

Itens de seleção

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

Itens de construção

Nos itens de resposta curta são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.

A classificação das respostas aos itens de resposta restrita e de resposta extensa que envolvam a produção de um texto tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

A classificação das respostas aos itens cujos critérios se apresentam organizados por níveis de desempenho resulta da pontuação do nível de desempenho em que forem enquadradas e da aplicação dos critérios de desvalorização definidos para situações específicas.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes dos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Caso as respostas contenham elementos contraditórios, apenas são considerados para efeito de classificação os aspetos que não apresentem esses elementos.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como, por exemplo, a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos.

Nas respostas ao item de resposta extensa que apresentem erros científicos graves, como, por exemplo, a total descontextualização do tempo histórico, os tópicos de referência aos quais esses erros estejam associados não são considerados para efeito de classificação.

Relativamente à integração da informação contida nos documentos, nas respostas aos itens de resposta restrita, estão previstos os critérios de desvalorização a seguir descritos:

- nos itens de resposta restrita que contêm a expressão «presentes em», «refletidos em» ou outra equivalente, as respostas que não integrem qualquer informação contida nos documentos são classificadas com zero pontos;
- nos itens de resposta restrita que contêm a expressão «a partir de», as respostas que não integrem, pelo menos, um aspeto relacionado com a informação contida nos documentos são classificadas com a pontuação correspondente ao nível de desempenho imediatamente abaixo do nível em que as respostas seriam enquadradas.

Nos itens de resposta restrita, a classificação a atribuir traduz a avaliação do desempenho no domínio específico da disciplina e no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa, realizando-se esta última de acordo com os níveis a seguir descritos.

Níveis	Descritores
3	O discurso é globalmente claro e correto, podendo apresentar falhas pontuais.
2	O discurso apresenta incorreções que, contudo, não comprometem a sua clareza.
1	O discurso apresenta incorreções que comprometem parcialmente a sua clareza.

No caso de a resposta não atingir o nível 1 de desempenho no domínio específico da disciplina, não é classificado o desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os seguintes parâmetros: (A) Conteúdo científico, (B) Integração dos documentos, (C) Organização e comunicação. Cada parâmetro encontra-se organizado por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se não for atingido o nível 1 de desempenho, o parâmetro é classificado com zero pontos. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) Conteúdo científico é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros. A desvalorização relativa à não integração de informação contida nos documentos está contemplada na aplicação dos níveis de desempenho previstos no parâmetro (B) Integração dos documentos. A classificação a atribuir à resposta resulta do somatório da pontuação dada em cada parâmetro.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

GRUPO I

ITENS	VERSÃO 1	VERSÃO 2	PONTUAÇÃO
1.	(B)	(C)	5
2.	(D)	(A)	5
3.	(A)	(D)	5
4.	(C)	(A)	5
5.	(A)	(B)	5

GRUPO II

1. 5 pontos
Sociedade de classes.

2. 25 pontos

Tópicos de resposta:

- contraste entre o luxo (OU conforto) da alta burguesia, revelado nas casas ricamente decoradas (OU nos criados que a servem) (doc. 1), e as casas sobrelotadas (OU sem privacidade OU sem condições de higiene) do proletariado;
- oposição entre a sociedade de abundância da alta burguesia e a situação de fome (OU de subnutrição OU de saúde precária OU de falta de esperança) do proletariado (doc. 1);
- diferenças entre o vestuário luxuoso e elegante da alta burguesia e o vestuário miserável do proletariado (doc. 1);
- contraste entre a valorização da família (OU dos laços de sangue) pela burguesia e a deterioração das relações familiares no meio operário (OU a dissolução frequente das ligações conjugais OU o infanticídio OU o abandono frequente de recém-nascidos e de crianças OU outro exemplo);
- fosso entre a valorização da educação dos filhos como fator de promoção social, por parte das famílias da burguesia, e o recurso ao trabalho infantil, por parte das famílias operárias (doc. 1);
- distinção entre a condição da mulher burguesa, que se dedica exclusivamente à família (OU à gestão do lar), e a condição da mulher operária que, além das tarefas domésticas, trabalha nas minas (doc. 1) (OU nas fábricas);
- diferença entre a valorização de uma moral conservadora (OU do culto das aparências OU de uma imagem de respeitabilidade) por parte da burguesia, e os comportamentos promíscuos (OU os graves problemas sociais OU o alcoolismo OU a prostituição OU a mendicância OU outro exemplo) dos operários;
- distinção entre a vida social burguesa, caracterizada pela realização de festas (OU pela ida à ópera OU pela ida ao teatro OU outro exemplo), e a escassez de tempos livres (OU de feriados OU de férias OU de descanso dominical) dos operários;
- fosso entre a riqueza acumulada por parte da burguesia (representada pelos sacos de ouro – doc. 1) (OU defesa do direito à propriedade, enquanto base do enriquecimento individual OU valorização da poupança e do reinvestimento produtivo) e os salários miseráveis do operariado.

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	1	2	3
5	Explica três dos aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária, com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	23	24	25
4	Explica três dos aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	18	19	20
3	Explica dois dos aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária, com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	13	14	15
2	Explica dois dos aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Explica um dos aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária, com: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	8	9	10
1	Explica um dos aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Identifica apenas aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária. OU Não individualiza cada um dos aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária.	3	4	5

3. Versão 1 – (C); Versão 2 – (B) 5 pontos

Tópicos de resposta:

- periodicidade cíclica das crises (OU ciclo de recessão que se sucede a um ciclo de crescimento): «a produção e a troca [...] saem dos eixos aí de dez em dez anos» (OU «E volta sempre tudo ao princípio» OU «Desde 1825 já é a quinta vez que passamos por isto, e, neste momento [1877], estamos a passar pela sexta crise» OU «A crise dura anos, tanto forças produtivas como produtos são desperdiçados e destruídos em massa, até que, por fim, as mercadorias acumuladas se escoam com uma desvalorização maior ou menor e a produção e a troca se põem de novo gradualmente em movimento»);
- impacto mundial das crises, que se estendem a «todo o mundo industrial e comercial»;
- situação de superprodução (OU oferta superior à procura OU acumulação de *stocks* OU saturação de mercados): «O comércio fica congestionado, os mercados estão saturados, os produtos, tão acumulados, não se vendem»;
- quebra dos preços industriais (OU destruição dos *stocks* para diminuir a oferta): «as fábricas ficam paralisadas» (OU «A crise dura anos, tanto forças produtivas como produtos são desperdiçados e destruídos em massa» OU «as mercadorias acumuladas se escoam com uma desvalorização maior ou menor»);
- encerramento de empresas (OU *lock-out*): «as fábricas ficam paralisadas» (OU «as falências sucedem-se umas às outras»);
- rutura no sistema financeiro: «o dinheiro torna-se invisível, o crédito desaparece»;
- agravamento do desemprego (OU da fome OU da redução dos salários): «as massas trabalhadoras ficam à míngua de meios de subsistência por terem produzido meios de subsistência em excesso».

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			
	1	2	3	
	Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina			
5	Refere três das características das crises económicas típicas do sistema capitalista, com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	18	19	20
4	Refere três das características das crises económicas típicas do sistema capitalista, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	14	15	16
3	Refere duas das características das crises económicas típicas do sistema capitalista, com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	10	11	12
2	Refere duas das características das crises económicas típicas do sistema capitalista, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Refere uma das características das crises económicas típicas do sistema capitalista, com: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	6	7	8
1	Refere uma das características das crises económicas típicas do sistema capitalista, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	2	3	4

GRUPO III

1. 20 pontos

Tópicos de resposta:

- saneamento das finanças públicas OU redução dos gastos dos ministérios (OU outro exemplo): «Quando o vendaval assola todo o mundo, vai a nossa nau singrando [...] nas finanças» (doc. 1);
- adoção de práticas económicas intervencionistas (OU autárquicas) OU lançamento de campanhas de produção agrícola (OU outro exemplo): «Quando o vendaval assola todo o mundo, vai a nossa nau singrando [...] na economia» (doc. 1);
- implementação de um Estado autoritário (OU antiliberal OU antidemocrático) OU construção de um Estado assente na «ordem» (doc. 1) (OU em oposição ao clima de instabilidade da I República OU do período da ditadura militar);
- promulgação de uma nova Constituição: «Quando o vendaval assola todo o mundo, vai a nossa nau singrando na política» (doc. 1);
- criação da União Nacional: «Quando o vendaval assola todo o mundo, vai a nossa nau singrando na política» (doc. 1);
- instituição da censura (OU criação de uma polícia política OU extinção de partidos políticos OU repressão de revoltas operárias): «somos [...] um exemplo [...] de firmeza» (doc. 1);
- aprovação do Estatuto do Trabalho Nacional (OU extinção dos sindicatos livres OU criação dos Sindicatos Nacionais OU instituição do corporativismo): «somos [...] um exemplo [...] de organização» (OU «vai a nossa nau singrando [...] na vida social») (doc. 1);
- publicação do Ato Colonial, como «expressão correta do colonialismo português» (OU como salvaguarda da «herança sagrada do Portugal ultramarino») (doc. 1);
- organização de exposições (doc. 1) como instrumento de propaganda.

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	1	2	3
5	Refere três das medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal <i>Ultramar</i> , com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	18	19	20
4	Refere três das medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal <i>Ultramar</i> , com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	14	15	16
3	Refere duas das medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal <i>Ultramar</i> , com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	10	11	12
2	Refere duas das medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal <i>Ultramar</i> , com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. OU Refere uma das medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal <i>Ultramar</i> , com: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	6	7	8
1	Refere uma das medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal <i>Ultramar</i> , com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida no documento. 	2	3	4

2. 5 pontos

Versão 1: (C); (D); (E); (B); (A)

Versão 2: (B); (E); (D); (A); (C)

Tópicos de resposta:**Papel económico das colónias, da década de 1930 ao início da década de 1970**

- implementação do Ato Colonial, visto como a «expressão correta do colonialismo português» (doc. 1) OU subordinação das colónias aos interesses da metrópole, através da exploração dos seus produtos primários (OU através do escoamento de produtos da metrópole nos mercados coloniais OU através do bloqueio do seu desenvolvimento industrial), até à II Guerra Mundial;
- valorização das potencialidades económicas decorrentes da dimensão pluricontinental do colonialismo português: «Na atividade colonial, com possessões espalhadas por quatro partes do Mundo, a nossa situação é invejável» (doc. 1);
- crescimento do peso económico das colónias durante a II Guerra Mundial, devido ao aumento das reexportações de produtos coloniais;
- início da industrialização das colónias, por pressão de industriais portugueses (OU dada a dificuldade de abastecer as colónias de produtos manufaturados, durante a II Guerra Mundial);
- desenvolvimento dos vários sectores de atividade económica, com verbas do Plano Marshall OU lançamento de infraestruturas, financiadas com apoio de verbas do Plano Marshall OU aumento do investimento público em articulação com os Planos de Fomento;
- crescente expansão do mercado interno, devido ao reforço da colonização portuguesa;
- defesa da coesão entre a metrópole e as colónias, com vista à criação do Espaço Económico Português (EEP);
- crescimento económico nas colónias, após o início da guerra colonial, graças ao aumento do investimento público (OU à expansão das infraestruturas);
- afirmação dos interesses dos grandes grupos económicos em África (doc. 2) OU abertura ao investimento privado em diferentes sectores da economia ultramarina (doc. 2);
- crescimento do sector agrícola, graças à expansão do mercado interno OU estímulo de grandes grupos económicos à produção agrícola, como o açúcar e o café – Grupo Espírito Santo (OU o algodão – BPA OU outro exemplo) (doc. 2);
- crescimento do sector extrativo, dirigido, principalmente, ao mercado externo OU estímulo de grandes grupos económicos ao sector extrativo, como o dos diamantes – Fonseca & Burnay (OU outro exemplo) (doc. 2);
- crescimento do sector industrial, favorecido pelo reforço dos investimentos privados (OU pela diversificação de áreas de produção) (doc. 2);
- crescimento do sector terciário, em articulação com o aumento da colonização portuguesa (OU com os interesses de grandes grupos financeiros nacionais nos sectores da banca e dos seguros – doc. 2);
- política de defesa dos interesses económicos de Portugal nos territórios ultramarinos, explorando os seus povos (doc. 3).

Fatores político-ideológicos que conduziram à eclosão da guerra colonial

- «pressão internacional» (doc. 4) no sentido da descolonização OU pressões da ONU, que reconheceu o direito dos povos à autodeterminação (OU que condenou o incumprimento, pelo regime português, da Carta e de sucessivas resoluções);
- exemplo de países asiáticos e africanos que chegaram à independência ou se encontravam em vias de a ver reconhecida pela potência colonizadora;
- apoio efetivo de países vizinhos, já independentes, à causa da autodeterminação das colónias portuguesas OU apoio à descolonização, no contexto da Guerra Fria, por parte das grandes potências OU condenação do colonialismo pelos Países Não Alinhados, na Conferência de Bandung («pressão internacional» – doc. 4);
- manutenção do discurso oficial sobre as colónias («Portugal [...], formando um todo, saberá, melhor, cumprir os seus destinos no Mundo» – doc. 1) OU intransigência do regime salazarista na defesa da «herança sagrada do Portugal ultramarino» (doc. 1) OU reafirmação do princípio de um Portugal pluricontinental, constituído pela metrópole e pelas províncias ultramarinas (OU colónias) OU manutenção do princípio de um Portugal uno, apesar da revogação do Ato Colonial OU recusa de reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos dos territórios ultramarinos;

- nascimento de movimentos nacionalistas que reivindicaram o direito dos seus povos à autodeterminação («O objetivo fundamental da luta de libertação Nacional dirigida pela FRELIMO é fazer com que em Moçambique cesse a opressão» – doc. 3) OU recurso dos movimentos de libertação à luta armada («as independências são conquistas e não dádivas» – doc. 4);
- recusa do governo português em aceitar as propostas de negociação apresentadas pelos movimentos de libertação (OU recusa do diálogo com movimentos considerados terroristas) OU afirmação da intenção de defesa dos territórios, com o reforço, após o início dos confrontos em Angola, da presença militar portuguesa;
- crescente radicalização de posições expressa na propaganda político-ideológica de portugueses e africanos (exemplo – doc. 3) OU denúncia, pelos movimentos nacionalistas, da «opressão» colonial (doc. 3) OU defesa da «liberdade», a fim de que o povo «decida dos seus destinos» e «trabalhe para o seu próprio benefício» (doc. 3).

Opções e dificuldades no processo de descolonização

- dificuldades na construção de uma solução rápida e consensual para o problema colonial, após anos de arrastamento da guerra: «A descolonização portuguesa deu-se com um atraso de 30 anos, sob pressão internacional, tendo Portugal, enquanto país descolonizador, perdido a iniciativa e a capacidade para definir as regras do jogo» (OU «o colonizado foi forçado a lançar-se numa guerra prolongada, que lhe custou sacrifícios sem conta, a qual, é óbvio, não iria bruscamente cessar para se aceitarem condições impostas pelo colonizador, numa altura em que este nada tinha a seu favor») (doc. 4);
- divergências entre as teses federalistas de Spínola e as teses da independência imediata: «Era totalmente irrealista a posição de Spínola, que quis privilegiar no diálogo agrupamentos surgidos depois do 25 de Abril, sem qualquer representatividade nem legitimidade para tratarem do problema da paz, o que arrastaria o prolongamento da guerra, guerra que o 25 de Abril irremediavelmente condenara. Spínola não tinha solução para esta contradição» (doc. 4);
- intensificação de fortes pressões para a consagração do direito das colónias à autodeterminação OU multiplicação de manifestações de apoio ao regresso imediato dos soldados OU crescimento da pressão da ONU (OU da OUA OU outro exemplo) com vista à rápida resolução do problema colonial;
- aprovação da Lei 7/74, que reconheceu o direito das colónias à independência;
- negociação com os movimentos de libertação, considerados os representantes legítimos dos seus povos: «Impunha-se, como condição da descolonização, a obtenção da paz, o que por sua vez reduzia os dialogantes aos movimentos que tinham travado a guerra» (doc. 4) OU reconhecimento dos processos de independência das ex-colónias nos termos dos acordos;
- problemas suscitados pela existência de mais do que um movimento de libertação em várias das ex-colónias (Angola OU outro exemplo);
- ausência de condições para que Portugal pudesse garantir o efetivo cumprimento dos acordos de transição para a independência (OU para impedir os conflitos armados entretanto surgidos): «A guerra, fenómeno violento, marcou de violência os últimos anos da colonização, violência que não poderia deixar de refletir-se nos primeiros tempos da descolonização» (doc. 4);
- necessidade de organização de uma ponte aérea para assegurar o transporte de milhares de portugueses fugidos dos conflitos político-militares nas ex-colónias;
- esforço de integração dos «retornados» na sociedade portuguesa, apesar das difíceis condições em que chegaram ao país OU criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (OU IARN), para facilitar o acolhimento dos portugueses das ex-colónias;
- abertura de negociações com a República Popular da China para a transferência da soberania de Macau;
- dificuldades na descolonização de Timor, dada a ocupação do território pela Indonésia OU defesa, no contexto internacional, dos interesses dos timorenses.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes.

A – Conteúdo científico 30 pontos

B – Integração dos documentos 13 pontos

C – Organização e comunicação 7 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A Conteúdo científico	5	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 9 ou 8 aspetos, no conjunto dos três tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada e sistemática.	30
	4	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 7 ou 6 aspetos, no conjunto dos três tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada e sistemática. OU Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 5 ou 4 aspetos e abordando de forma incompleta ou com pequenas imprecisões outros 3 ou 2 aspetos, no conjunto dos três tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada e sistemática.	23
	3	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 5 ou 4 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões. OU Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 3 ou 2 aspetos e abordando de forma incompleta ou com pequenas imprecisões outros 4 ou 3 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões.	16
	2	Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 3 ou 2 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões. OU Desenvolve o tema proposto, abordando de forma completa e adequada 1 aspeto e abordando de forma incompleta ou com pequenas imprecisões outros 4 a 2 aspetos de, pelo menos, dois tópicos de orientação. Utiliza a terminologia específica da disciplina de forma adequada, podendo apresentar algumas imprecisões.	10
	1	Aborda de forma completa e adequada 1 aspeto de um dos tópicos de orientação do tema proposto. Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. OU Apresenta de forma incompleta ou com pequenas imprecisões 3 ou 2 aspetos dos tópicos de orientação do tema proposto. Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. OU Refere aspetos relacionados com o tema proposto, mas sem individualização e sem explicação. Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões.	4

(Continua na página seguinte)

(Continuação)

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
B Integração dos documentos	4	Integra de forma pertinente a informação contida nos quatro documentos, podendo mobilizar de forma incompleta a informação de um desses quatro documentos.	13
	3	Integra de forma pertinente a informação contida em três dos documentos, podendo mobilizar de forma incompleta a informação de um desses três documentos.	10
	2	Integra de forma pertinente a informação contida em dois dos documentos, podendo mobilizar de forma incompleta a informação de um desses dois documentos.	7
	1	Integra de forma pertinente apenas a informação contida num documento.	3
C Organização e comunicação	3	Articula os conteúdos científicos de forma lógica, utilizando um discurso globalmente claro e correto, que pode, contudo, apresentar falhas pontuais.	7
	2	Articula os conteúdos científicos de forma lógica, utilizando um discurso com incorreções que, contudo, não comprometem a sua clareza. OU Articula os conteúdos científicos com imprecisões que não afetam a lógica interna e utiliza um discurso globalmente claro, podendo apresentar algumas incorreções.	4
	1	Articula os conteúdos científicos com imprecisões que afetam parcialmente a lógica interna, utilizando um discurso com incorreções que comprometem parcialmente a sua clareza.	2

GRUPO IV

1. Versão 1 – (C); Versão 2 – (B) **5 pontos**

2. **5 pontos**

Versão 1: (a) → (3) (b) → (1) (c) → (4)

Versão 2: (a) → (5) (b) → (2) (c) → (3)

3. **10 pontos**

Afirmações:

- «[A Europa] deveria ser “uma Comunidade Económica” baseada na união dos mercados, culminando numa “Comunidade mais ampla e profunda” e, por conseguinte, numa forma de “Federação Europeia”.»;
- «a Europa necessita da estabilidade proporcionada por instituições supranacionais.»;
- «A Europa moderna é parte de um mundo em rápida evolução, no qual a globalização está a dissipar as fronteiras nacionais e a alterar o papel do Estado-nação.»;
- «Estes desafios não podem ser tratados isoladamente, nem podem ser enfrentados sem instituições europeias fortes e eficazes.».

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
3	Transcreve duas afirmações corretas, respeitando as regras de transcrição.	10
2	Transcreve duas afirmações corretas com erros de transcrição OU transcreve uma afirmação correta sem erros de transcrição e outra afirmação correta com erros de transcrição OU transcreve apenas uma afirmação correta, respeitando as regras de transcrição.	6
1	Transcreve uma afirmação correta com erros de transcrição.	3

4. 25 pontos

Tópicos de resposta:

- ausência de um rumo claro no aprofundamento da unidade europeia OU projeto concebido como um processo de união em aberto, com «liberdade de evoluir em função das circunstâncias e em conformidade com a vontade política dos seus membros» (doc. 1);
- obstáculos, por parte de alguns Estados-Membros, ao aprofundamento de políticas europeias que envolvem alguma perda de soberania nacional OU resistências em relação à opção federalista baseada num governo europeu único (OU em «instituições supranacionais» fortes – doc. 1);
- recusa de vários países-membros em aderir ao projeto de União Económica e Monetária que instituiu uma moeda única OU bloqueios institucionais gerados pela rejeição do projeto de Constituição europeia na sequência de referendos nacionais em alguns Estados-Membros;
- afirmação continuada do euroceticismo por parte do Reino Unido em relação ao aprofundamento da unidade europeia OU crescimento dos movimentos contrários à permanência do Reino Unido na Europa comunitária, que culminou na vitória do “Não”, em referendo;
- problemas de coordenação entre «a dimensão nacional e comunitária» das políticas europeias (doc. 1) OU problemas de agilização das políticas comunitárias, na sequência dos alargamentos que conduziram a uma união de 28 Estados;
- difícil afirmação da União Europeia no contexto de um mundo unipolar OU incapacidade de afirmação da Europa como um polo político-militar (OU com uma política externa comum) face às outras potências mundiais (OU face aos problemas internacionais);
- fraco envolvimento dos cidadãos no projeto da União Europeia, refletido na crítica aos membros das instituições, vistos como «tecnocratas e burocratas» (doc. 1) (OU na diminuta participação dos eleitores nas eleições para o Parlamento Europeu OU no ceticismo face à construção de uma Europa «mais participada e mais próxima do cidadão» – doc. 1);
- fragilidades na construção da coesão entre países com níveis de desenvolvimento diferentes, visíveis nos valores das taxas de desemprego (OU na remuneração média dos trabalhadores por conta de outrem OU nos valores do PIB *per capita*) (doc. 2);
- estagnação económica da União Europeia, com níveis de crescimento inferiores aos restantes polos económicos mundiais;
- níveis de desemprego significativos (doc. 1 OU doc. 2), em resultado da deslocalização de empresas multinacionais para países com mão de obra mais barata (OU outro exemplo);
- obstáculos à implementação da «estratégia de Lisboa», que visava transformar a União Europeia na economia mais competitiva do mundo (OU numa economia baseada no conhecimento, capaz de «gerar crescimento» – doc. 1) OU restrições que limitam a competitividade e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, base do tecido económico europeu;
- envelhecimento da população europeia, com reflexos na diminuição da força de trabalho (OU com reflexos «ao nível dos sistemas de saúde e de pensões» – doc. 1);
- ausência de um projeto mobilizador para ultrapassar a fase de estagnação do projeto europeu (OU para ultrapassar a crise económico-financeira) OU crescimento das pressões internas e eleitorais dentro de cada Estado, sobre os respetivos governos, que condicionam as lideranças comunitárias.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa		
		1	2	3
5	Explica três das dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI, com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida nos documentos. 	23	24	25
4	Explica três das dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida em dois ou um dos documentos. 	18	19	20
3	Explica duas das dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI, com: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida em dois ou um dos documentos. 	13	14	15
2	Explica duas das dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • organização coerente dos conteúdos; • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida em dois ou um dos documentos. OU Explica uma das dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI, com: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida num dos documentos. 	8	9	10
1	Explica uma das dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI, com falhas em, pelo menos, um dos seguintes parâmetros: <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada da terminologia específica da disciplina; • integração pertinente da informação contida num dos documentos. OU Identifica apenas dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI. OU Não individualiza cada uma das dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI.	3	4	5

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	1.	2.	3.	4.	5.	
I	5	5	5	5	5	25
	5	5	5	5	5	
II	5	25	5	20		55
	5	25	5	20		
III	20	5	50			75
	20	5	50			
IV	5	5	10	25		45
	5	5	10	25		
TOTAL						200

VERSÃO DE TRABALHO